

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , de 2016.

(dos Srs. Jean Wyllys e Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para esclarecer os fatos relacionados à denúncia feita pelo Sr. Marcelo Calero, Ex-Ministro de Estado da Cultura, em relação às intervenções políticas exercidas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do RICD, requeremos que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para esclarecer os fatos relacionados à denúncia feita pelo Sr. Marcelo Calero, Ex-Ministro de Estado da Cultura, em relação às intervenções políticas exercidas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Geddel Vieira Lima, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Marcelo Calero, Ex-Ministro de Estado da Cultura;
- Sra. Kátia Bogéa, Presidente em Exercício do IPHAN;
- Sra. Jurema Machado, Ex-Presidente do IPHAN;
- Sr. Bruno Tavares, Superintendente do IPHAN/BA;

- Sra. Grace Maria Mendonça, Advogada-Geral da União;
- Representantes do empreendimento imobiliário La Vue Ladeira da Barra, em Salvador/BA.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como objetivo esclarecer a denúncia feita pelo Sr. Marcelo Calero, Ex-Ministro de Estado da Cultura, em relação às intervenções políticas exercidas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Geddel Vieira Lima, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em 19 de novembro de 2016, o jornal Folha de São Paulo¹, publicou uma entrevista concedida pelo Sr. Marcelo Calero, que demonstra que o Governo Federal, na figura do Sr. Geddel Vieira Lima, utiliza-se de influência governamental para atender interesses privados e de empreiteiras ligadas ao ramo imobiliário. Segundo o Ex-Ministro da Cultura, Geddel Vieira Lima é quem comanda o IPHAN da Bahia.

Folha de São Paulo: “O IPHAN da Bahia é comandado por quem?”

Calero: “A indicação surgiu de uma comunicação – que eu possuo – do Ministro Geddel”

Não satisfeito em ter o controle das decisões administrativas e técnicas do IPHAN/BA, o Sr. Geddel Vieira Lima tentou, de forma contumaz,

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833696-fora-do-governo-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra.shtml>

interceder politicamente no IPHAN Nacional através do Ex-Ministro de Estado da Cultura, que nas suas afirmativas não se dobrou à pressão política, tanto que, no dia 16 de novembro de 2016 “a decisão [do IPHAN] finalmente sai e embarga a obra, determinando que a empreiteira adeque o projeto para 13 andares”, afirma Calero.

O projeto inicial previa um empreendimento com cerca de trinta andares. Com a decisão do IPHAN Nacional em reduzir esse número para treze, o Ministro Geddel mais uma vez questionou o Ex-Ministro: "Já me disseram que o IPHAN vai determinar a diminuição dos andares. E eu, que comprei um andar alto, como é que eu fico?"

Noutro evento, o da Ordem do Mérito Cultural, o Ministro Geddel indaga Calero: "E as famílias que compraram aqueles imóveis? Eu comprei com a maior dificuldade com a minha mulher."

“Eu fiquei surpreso, porque me pareceu —não sei se estou sendo muito ingênuo — tão absurdo o Ministro me ligar determinando que eu liberasse um empreendimento no qual ele tinha um imóvel. Você fica atônito. Veio à minha cabeça: "Gente, esse cara é louco, pode estar grampeado e vai me envolver em rolo, pelo amor de Deus. O Ministro Geddel tem uma forma de contato muito truculenta e assertiva, para dizer o mínimo. Então, na ocasião, eu tergiversei, disse que tinha uma agenda com ele para falar de outros assuntos e que poderíamos falar daquele”, disse Calero.

As afirmações do Ex-Ministro da Cultura dão conta de que o Ministro Geddel também comanda a Advocacia-Geral da União conforme falas a seguir:

Folha de São Paulo: “Em novembro, já havia sinal de que o parecer do IPHAN seria contrário [à obra]?”

Calero: “Já. Na semana do dia 7 de novembro comecei a sofrer pressão para suscitar um conflito ou mandar o caso para a AGU [Advocacia-Geral da União]. E aí pessoas do governo...”

Folha de São Paulo: “Quais pessoas do governo?”

Calero: “Pessoas que estavam tão pressionadas quanto eu. Eu comecei a sofrer pressões para enviar o caso para a AGU. A informação que eu tive foi que a AGU construiria um argumento de que não poderia haver decisão administrativa [do IPHAN]. Isso significa que o empreendimento seguiria com o parecer do IPHAN da Bahia, que liberava a obra.”

Será Geddel Vieira Lima o super Ministro de Michel Temer? Constatado que, de fato, tudo que está aqui colocado ocorrera, estaremos diante de uma conduta que colide frontalmente com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Diante da gravidade do tema e da urgente necessidade de obter-se esclarecimentos, mostra-se urgente que esta Comissão ouça os esclarecimentos dos convidados acima mencionados.

Ante todo o exposto, pedimos aos nobres Pares o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 2016.

Deputado JEAN WYLLYS

Deputado GLAUBER BRAGA